

Urge que sejamos, cada um, uma área livre de corrupção!

Ninguém contesta que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, um dos mais baixos do mundo. Essa conta não fecha. Se o Estado recebe tanto, recebe altos valores em tributos, por que oferece tão pouco nas Políticas Públicas à população? Onde fica essa diferença? Com certeza, fica na má gestão do dinheiro público e na corrupção.

A corrupção não é boa para o Mercado, para o Estado nem para o setor privado. Ela corrói a dignidade do ser humano. Ela traz prejuízos imensos para a Democracia.

A república e a Democracia são princípios fundamentais. Devem ser nosso ponto de partida e nosso ponto de chegada. Quando falamos em Democracia, estamos falando também de participação cidadã.

Mas, infelizmente, quantos são os brasileiros que preferem se omitir e não se envolver em questões de interesse social? Quantos preferem o comodismo de seu mundo particular? Quantos se utilizam da falsa moralidade em que demitem a funcionária doméstica porque roubou a sobra de pão, mas votam no político corrupto que roubou milhões dos cofres públicos?

No Brasil ainda temos um sistema eleitoral fomentador da corrupção. Estima-se que uma campanha para vereador, em São Paulo, fica em torno de R\$ 500 mil reais. Muito desses recursos vem das empresas, e isso acontece em todo o País, em todos os níveis de governo, quer seja nas eleições para Prefeitos, Governadores, Deputados, Senadores e Presidente. Essas empresas fazem investimentos e, sendo esses políticos eleitos, as empresas fazem a sua cobrança. O Político já entra para o serviço público com uma dívida imensa junto aos seus patrocinadores.

Atualmente temos um extenso arcabouço legal para que o nosso País se torne um País sério, honrado e respeitado pelas outras Nações. O que é necessário e urgente é que essas leis se efetivem, que sejam cumpridas por todos aqueles que a elas são subordinados.

O combate à corrupção e a má gestão dos recursos públicos é o grande e decisivo embate desse momento histórico. A busca de soluções que livrarão a sociedade deste mal é assunto que deve ser discutido com seriedade em todos os lugares onde existam cidadãos probos, íntegros e compromissados com um mundo melhor.

Tudo é uma questão de valores, de educação, de berço. Urge que sejamos, cada um, uma área livre da corrupção, conforme o Observatório Social do Brasil orienta: “Área livre de corrupção é toda pessoa, empresa, organização social e órgão público, que tenha como princípios e valores as boas práticas de ética, moralidade, transparência, cidadania e profissionalismo, primando por relações saudáveis na família, na escola, na empresa, no serviço público, nos eventos sociais. Cada cidadão pode assumir o papel de protagonista das mudanças que todos queremos ver no Brasil, praticando e motivando outras pessoas a incorporar as boas práticas de conduta por meio das pequenas atitudes.”

Precisamos todos juntos construir uma “sociedade mais justa e livre das máculas causadas por aqueles que ao invés de servir, servem-se da coisa pública”.

Texto redigido com base em muitos pronunciamentos proferidos no 4º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais, promovido pela Rede OSB, e no Fórum de Transparência e Competitividade, promovido pela FIEP/ONU, realizados de 4 a 6 de novembro/13, em Curitiba – PR.



Dificuldades de acesso ao Portal de Transparência do Município



O Portal de Transparência é uma ferramenta imprescindível para o exercício pleno do Controle Social, por parte dos cidadãos. É por meio dele que cidadãos compromissados com o bom desenvolvimento do Município, com o combate a má gestão, a corrupção e a omissão de informações, tomam conhecimento e monitoram os atos administrativos praticados pela Governança Pública.

Essa ferramenta, pela Lei Complementar Federal 131/09 entrou em vigor em maio de 2013. Entretanto, pela Lei Complementar Estadual 137/11, todos os Municípios do Paraná, deveriam estar, desde 2012, com seus Portais de Transparência completos, disponíveis e com fácil acessibilidade. Infelizmente não é isso que vem acontecendo em Mandaguari.

O Portal é um espelho da Administração Pública. Conforme o Art. 1º, §1º da Lei de Transparência nº 16.595/2010 devem ser publicados:

“Todos os atos administrativos realizados e contratos firmados pelos entes discriminados no caput do art. 1º, que importem em despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, operações financeiras de qualquer natureza, ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo [...], e a admissão, exoneração e aposentadoria servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos, contratação de prestadores de serviços e pagamento de diárias, [...]” (nosso grifo)

A legislação é ainda muito ampla ao especificar tudo o que deve conter no Portal de Transparência, que é, na realidade, TUDO o que a administração pública realiza; e de que se utiliza para exercer sua função.

Se analisarmos o §1º da Lei supracitada e considerarmos algumas outras Leis, que tratam sobre o Portal de Transparência, publicação e disponibilização

de informações (como por exemplo: LC 137/11; LC 131/09; Lei 12.527/11; Lei 101/00; Art. 5º inc. XXXIII, CF);, podemos perceber algumas exigências implícitas, sobre atos que devem ser publicados, como:

Atos relacionados à gestão fiscal.
Legislação vigente norteadora dos atos da administração.
Convênios.
Editais de Licitações e Atas.
Contratos.
Termos Aditivos.
Relatórios (Quadrimestral, Anual, Contábil, etc.).
Controle de Estoques.
Notas Fiscais; empenhos.
Quadro de Pessoal; Folha de pagamento.
Lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (dentre outras)

Enfim, a lei é muito clara quando estabelece que TODOS os atos administrativos que ensejam despesas devem estar disponibilizados no Portal de Transparência, salvo os que, por lei, são declarados sigilosos.

Entretanto, nos deparamos com grande problema, quando, diariamente, tentamos acessar o Portal de Transparência do Município de Mandaguari.

Há aproximadamente dois anos,

o Observatório Social de Mandaguari – ADAMA vem contatando com a gestão pública municipal, em reuniões, por e-mail, através de requerimentos e ofícios, com o intuito de que o Portal efetivamente atenda a legislação. Muitas são suas inconsistências, por várias vezes apontadas por esta entidade e, algumas vezes, sanadas pela atual Administração. Porém, continua sempre incompleto e, ultimamente, indisponível. Este é, sem dúvida, um grande problema, pois o OS de Mandaguari – ADAMA depende, quase que exclusivamente, de informações que deveriam estar no Portal de Transparência, para o desenvolvimento de seu trabalho.

Podemos citar um exemplo: a atual administração Municipal, desde o início de sua gestão, oficialmente autorizou o Observatório Social a monitorar a entrega dos bens e serviços adquiridos pela Prefeitura. Por vezes, recebemos a informação dos bens que estão sendo recebidos e imediatamente providenciamos o monitoramento por parte de um membro do Observatório Social. Entretanto, como não temos acesso aos empenhos e notas fiscais, uma vez que não estão disponibilizados no Portal de Transparência, não temos como avaliar se estamos acompanhando a entrega de 10, 30, 50 ou 100% do que foi adquirido.

Muitos são os prejudicados com a

ineficiência do Portal de Transparência, inclusive agentes públicos que nos relatam, extraoficialmente, que poderiam imprimir maior agilidade em seu trabalho, caso o Portal de Transparência estivesse completo e disponível ininterruptamente.

Conforme algumas respostas aos nossos questionamentos, nos foi informado que o Município interage, constantemente, com a empresa responsável pelo gerenciamento do Portal de Transparência, buscando soluções aos problemas. Entretanto o nosso questionamento é o seguinte: se a empresa não está cumprindo com a finalidade para a qual foi contratada, não deveria o Município, conforme cláusulas contratuais, executar o contrato, ou seja, rescindi-lo, a fim de que o Gestor Municipal não corra o risco de responder às sanções provenientes do art. 4º, da lei 16.595/10 – Lei de Transparência Estadual?

Art. 4º “A omissão na publicação dos atos e contratos deverá ser imediatamente comunicado ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual, para apuração das responsabilidades, inclusive no que diz respeito à configuração de atos definidos na Lei Federal de Improbidade Administrativa.”



Atendendo a vontade popular, Vereadores arquivam Projeto de Lei que pretendia aumentar o número de vagas na Câmara Municipal

A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal pleiteando o aumento do número de vereadores, de 09 para 13, na Câmara de Mandaguari foi publicada, no Diário Oficial do Município no dia 27 de novembro,

O Observatório Social de Mandaguari, logo após tomar conhecimento da proposta de emenda, solicitou a criação de uma enquete no site MandaguariOnline (<http://www.mandaguari-online.com.br>), para questionar a opinião da população sobre a proposta.

Em poucos dias 862 pessoas votaram, totalizando 92,1% de votantes contrários ao aumento do número de vereadores.

Outras manifestações sobre o assunto também ocorreram no Município, especialmente através do Facebook. O Professor Dilson Bortolanza, após posicionar-se contrariamente ao projeto, convocou a população para um abaixo assinado. Em sete horas de trabalho, no sábado e domingo, na Av. Amazonas, em frente a Praça Independência colheu aproximadamente 700 assinaturas de pessoas contrárias ao Projeto de Lei em pauta.

Os representantes do OS juntaram-se a ou-



tros grupos da sociedade civil e compareceram à Sessão Ordinária da Câmara Municipal, portando cartazes e faixas, solicitando a não aprovação do referido projeto de Lei.

“O aumento de cadeiras nas Câmaras Municipais é sinônimo de aumento de despesas e, em alguns casos, até de impostos. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o projeto de lei de aumento de despesas, como é o caso da ampliação do número de vereadores, deve, necessariamente, indicar a origem dos recursos, a saber, a redução de despesas ou o aumento de impostos.

Em meados de 2013, reportagem publicada na mídia catarinense indicou que as Câmaras Municipais que ampliaram o número de parlamentares tiveram um aumento de, em média, 42% nos gastos, comparativamente ao exercício financeiro de 2012.” [...] “Como isso não foi programado na maioria dos casos, muitos presidentes de Câmaras Municipais enfrentaram com dificuldades essa questão, adotando providências para manter o equilíbrio das contas. Em decorrência disso, há registros de casos em que se apresentou como alternativa a redução generalizada de despesas, o cancelamento de contratos (por exemplo, de TV Câmara), e, inclusive, cogitou-se a possibilidade de se voltar atrás, ou seja, reduzir novamente o número de cadeiras.” (Jaime Luiz Klein é Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública, Presidente do Observatório Social de São José e Auditor Interno da Secretaria de Estado da Fazenda).

Tendo em vista a reavaliação da proposta do projeto pelos vereadores, bem como a expressiva repercussão no Município, na mídia e principalmente nas redes sociais, os Edis, representantes da vontade popular decidiram pelo arquivamento do mesmo.

DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No dia 09 de dezembro comemora-se o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

É uma data que nos remete à reflexão sobre o que cada um de nós está fazendo para combater a corrupção e a impunidade, a fim de que este País tenha mais Justiça Social.

O Observatório Social de Mandaguari – ADAMA fixou, em diferentes pontos da cidade, faixas com frases alusivas a data. Publicou no jornal semanal da cidade (Gazeta Regional), no dia 07/12 (sábado), uma matéria sobre o assunto, que também está disponível no site do OS (www.osbrasil.org.br/mandaguari).

No dia 07/12 (sábado), a Presidente do Observatório Social de Mandaguari - ADAMA foi entrevistada pelo Sr. Anilton Bittencourt, na Rádio Comunitária da Igreja Bom Pastor e no dia 09/12, esteve presente em uma entrevista à Rádio Agora FM para falar sobre o assunto em pauta.

Empresas sancionadas pela Prefeitura Municipal de Mandaguari

Na relação entre o Setor Público e o Setor Privado, muitas vezes ocorrem práticas mal intencionadas, de uma ou de ambas as partes, visando vantagem econômica por meio de atos ilícitos.

Quando o Gestor Público não fiscaliza detalhadamente os bens que estão sendo entregues, provenientes de Processo licitatório, ou não verifica se a empresa que está sendo contratada tem a capacidade técnica para executar os serviços, é comum acontecer que algumas empresas entregam produtos de qualidade inferior aos licitados, embora cobrem o valor de produto de boa qualidade ou não desenvolvam serviços eficientes, pois suas condições não atendem as exigências estabelecidas no Edital.

Quando isto ocorre a empresa deve ser sancionada administrativamente, o que a pune, dentre outros, com a impossibilidade de

fornecer à Administração Pública pelo prazo máximo de dois anos, além de multa, conforme art. 87 da lei 8666/93.

A Administração Pública Municipal atual, atendendo pré-citada Lei, e também pelas insistentes cobranças do Observatório Social de Mandaguari – ADAMA vem verificando as especificações dos produtos entregues, assim como a capacidade técnica das empresas na realização dos serviços a serem contratados, de tal forma que já sancionou duas empresas locais, fornecedoras da Prefeitura Municipal de Mandaguari, conforme publicação no Diário Oficial do dia 21 de dezembro de 2013, PG 9.

Ato administrativo como este, adotado pela Gestão Pública, faz com que os fornecedores fiquem mais cautelosos e procurem cumprir corretamente as exigências do Edital, assim como o que foi estabelecido em contrato.

Em vigência - Nova Lei pune pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública



A Lei 12.846/13 já é conhecida como a Nova Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014.

A referida Lei responsabiliza administrativa e civilmente empresas por atos de corrupção. A punição às companhias fica entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do exercício anterior à instauração do processo e, caso seja impossível efetuar o cálculo, a multa pode chegar a R\$ 60 milhões. Além da multa, as empresas condenadas podem sofrer suspensão ou interdição parcial das atividades e dissolução compulsória da pessoa jurídica e ainda, a responsabilização das empresas não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes.

A presidente vetou três artigos do texto original: um limitava a multa ao valor original do contrato; outro previa a necessidade da comprovação de dolo ou culpa; e um terceiro minimizava a punição em caso de atuação de servidor público no caso.

Para Giovanni Falcetta, especialista em compliance que atua no escritório Aidar SBZ Advogados, a retirada dos três artigos torna a lei ainda mais severa, especialmente no que diz respeito ao valor das punições.

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS

A lei cria ainda o Cadastro Nacional de Empresas Punidas, que reunirá e dará publicidade às punições.

Para que o CNEP funcione, Giovanni Falcetta defende a adoção de modelo semelhante ao utilizado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. “É fundamental manter o cadastro atualizado, e os órgãos públicos devem ter o costume de olhar a lista antes da concessão de benefícios, para que as empresas condenadas por corrupção realmente sejam punidas”, destaca.

Segundo o professor Paulo Sérgio Leite Fernandes, até agora a punição atingia apenas pessoa física e deixava de lado as empresas, em muitos casos beneficiadas pelo esquema. Ele afirma que a Lei 12.846 é mais eficaz do que a transformação da corrupção em crime hediondo — proposta que tramita no Congresso — porque essa mudança seria “algo simbólico, praticamente sem utilidade, e que não impedirá que os crimes ocorram”.

(Matéria, na íntegra, veiculada pelo site <http://www.conjur.com.br>)

Expediente

Observatório Social de Mandaguari – ADAMA

Av. da Paz, 392, Centro/ Fone: (44) 3233-0099

Conselho de Administração:

Presidente: Antônio Teixeira Veloso Neto

Vice-Presidente para Assuntos Administrativos, Institucionais e de Alianças: Valter Job de Souza

Vice-Presidente para Assuntos Financeiros: João Batista Alvarenga

Vice-Presidente para Assuntos de Controle Social: Elza Martelli Xavier

Vice-Presidente para Assuntos de Secretaria e Metodologia: Maria Regina Fávoro

Conselho Fiscal

Titulares:

João Eloy Pirolo -
Olinda Garcia de Almeida
Grohmann -
Lázaro Valter Monteiro -

Suplentes:

Belarmina Cotrim -
Amira Nunes Mendonça -
Izaura M. Valério -

Estagiários

Abner da Silva Libório
Pollyana Conte Bittencourt

Impressão: Grafnorpe Apucarana

Diagramação: Eliezer Marques (43) 3424-3622

Tiragem: 3.000 exemplares



Workshop de capacitação em Mandaguari

Mandaguari, através de seu Observatório Social, sediou um Workshop de capacitação, da Rede OSB de Controle Social, nos dias 14 e 15 de outubro de 2013. O evento foi patrocinado pela SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da UEM – Universidade Estadual de Maringá.

O mesmo foi desenvolvido no espaço físico da Câmara Municipal. Teve como objetivo a capacitação de Observatórios Sociais já em atuação, bem como dos Observatórios em formação.

No primeiro dia de evento o Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari, Exmo. Sr. Jocelino Tavares, pronunciou-se dando as boas-vindas aos presentes e enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos Observatórios Sociais.

Estiveram presentes representantes de Colorado, Palmas, Paranaíba, Ivaiporã, Apucarana, Marechal C. Rondon e Curitiba, bem como os vereadores Jocelino, Nilton, Aroldo, Adilson (Zé Galinha) e associados do Observatório Social de Mandaguari – ADAMA.

Novo Conselho Administrativo do OS de Mandaguari

No dia dezesseis de dezembro de 2013, às 18h15min, na Sala de Refeições da Escola Estadual São Vicente Palotti reuniram-se diretoria e membros do Observatório Social de Mandaguari – ADAMA para a votação e eleição do novo Conselho de Administração e Conselho Fiscal desta entidade.

A chapa eleita tomou posse em 1º de janeiro de 2014, a saber: Conselho de Administração: a) Presidente: Antônio Teixeira Veloso Neto (foto ao lado); b) Vice- Presidente para assuntos Administrativos, Institucionais e de Alianças: Valter Job de Souza; c) Vice- Presidente para Assuntos Financeiros: João Batista de Alvarenga; d) Vice- Presidente para Assuntos de Controle Social: Elza Martelli Xavier; e) Vice- Presidente para Assuntos de Secretaria e Metodologia: Maria Regina Fávoro. Conselho Fiscal: João Eloy Piolo; Olinda Garcia de Almeida Grohmann; Lázaro Valter Monteiro; Suplentes: Belarmina Cotrim; Amira Nunes Mendonça; Izaura Maria Valério.



Solicitações – Encaminhamentos - Correspondências enviadas pelo Observatório Social de Mandaguari – ADAMA 3º Quadrimestre – 2013

Nº do Doc.	Data	Destinatário	Objeto	Situação
Req nº 29/2013	04/09/2013	Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari	Solicitação das dependências da Câmara Municipal, assim como os equipamentos de multimídia para a realização de um evento do Observatório Social do Brasil.	Concluído/Atendido
Ofício nº 02/2013	04/09/2013	Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari	Encaminhamento da cartilha com o tema "Lei de Acesso à Informação Pública – Um guia prático para políticos, autoridades e funcionários da Administração Pública".	Concluído.
Ofício nº 01/2013	05/09/2013	Prefeito Municipal	Encaminhamento da cartilha com o tema "Lei de Acesso à Informação Pública – Um guia prático para políticos, autoridades e funcionários da Administração Pública".	Concluído.
Req nº 30/2013	05/09/2013	Municipal de Mandaguari	Requerimento enviado solicitando providências e agilidade na Instalação do SIC (Físico e Virtual) e nas respostas em relação a sete requerimentos anteriormente enviados ao Executivo Municipal.	1º - Não atendido 2º - Atendido parcialmente.
Req nº 31/2013	05/09/2013	Secretário de Governo do Municipal	Questionamentos sobre indisponibilidade do Portal de Transparência e a omissão da Folha de Pagamento no mesmo bem como informações referentes a empresa responsável pelo software do Portal.	Respondido/ Problema não solucionado.
Req nº 32/2013	09/09/2013	Secretário de Governo do Municipal	Esclarecimentos, referente ao Edital de Tomada de preços nº 04/2013 – Processo Administrativo nº 76/2013.	Concluído/ Problema resolvido.
Ofício nº 22/2013	10/09/2013	Presidente da Casa de Recuperação Espaço Esperança, Secretário Municipal de Saúde.	Agradecimento pelo apoio dado a esta organização, em razão da realização de seu Bazar com Produtos da Receita Federal.	Concluído.
Req nº 33/2013	10/09/2013	Municipal de Saúde.	Solicitação de cópias de Notas Fiscais de materiais entregues pela empresa New Med, em Mandaguari.	Atendido.
Req nº 34/2013	24/09/2013	Presidente da AMUSEP	Requerimento de cópias de documentos referentes à construção da sede da Câmara Municipal de Mandaguari, inaugurada em agosto de 2011, que possam colaborar para justificar a majoração que houve do valor inicial ao valor final da obra.	Não respondido Não atendido.
Req nº 35/2013	24/09/2013	Prefeito Municipal	Requerimento solicitando 1º - Inserção do valor da licitação, na publicação do aviso, no Diário Oficial. 2º - Disponibilização, em tempo hábil, do Edital da Licitação.	Respondido. 1º - Não atendido 2º - Atendido
Req nº 36/2013	27/09/2013	Prefeito Municipal	Solicitação de explicações sobre o Pregão Eletrônico nº 55/2013, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE." – Valores divergentes entre o preço unitário do Edital e preço unitário do resultado do Pregão Eletrônico. (site da bli.org.br)	Respondido/ Problema resolvido
Req nº 37/2013	30/09/2013	Presidente da Câmara Municipal	Requerimento solicitando as dependências da Câmara Municipal, para a realização de uma audiência pública, de prestação de contas do Observatório Social de Mandaguari – ADAMA à comunidade, referente ao 2º Quadrimestre de 2013.	Atendido.
Ofício nº 25/2013	16/10/2013	Secretário Municipal de Governo.	Reprotocolamento do Requerimento nº 24/2013 questionando posicionamento do Executivo Municipal referente à suspeitas de irregularidades sobre a administração anterior.	Não respondido.
Ofício nº 26/2013	24/10/2013	Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari	Ofício de agradecimento pela cessão do espaço físico da Câmara Municipal, bem como o suporte e apoio concedido na realização do Workshop de Capacitação, promovido pela rede OSB, nos dias 14 e 15 de outubro.	Concluído.
Req nº 38/2013	25/10/2013	Prefeito Municipal	Solicitação de correção na redação do Termo de Referência Pregão Presencial nº 67/2013, processo administrativo nº 127/2013, visando a "Aquisição de Pedra", sendo que, no Termo de Referência, mencionava aquisição de equipamentos de tecnologia da Informação.	Concluído/ Problema resolvido.
Req nº 39/2013	25/10/2013	Prefeito Municipal	Solicitação de ajustes no Termo de Referência dos processos licitatórios, uma vez que, alguns termos formulados pelo agente público municipal são simplesmente copiados de sites que comercializam o produto, o que pode levar e, às vezes realmente leva, a direcionamentos rumo à determinada marca ou fabricante.	Não respondido. Entretanto, solicitação acatada.
Req nº 40/2013	26/11/2013	Prefeito Municipal	Pedido de esclarecimento sobre a solicitação realizada pela Prefeitura Municipal, de suporte técnico, manutenção e atualização do Sistema do Portal de Transparência. Elotech/Tecnocity.	Respondido. Em análise.
Req nº 42/2013	09/12/2013	Prefeito Municipal	Esclarecimento sobre o Pregão Presencial nº 93/2013 - "Contratação de serviços de roçada" - As carteiras de trabalho dos funcionários apresentados pela empresa eram de soldadores e pedreiros, embora no termo de referência dissesse que "A empresa contratada deverá ter no mínimo 4 funcionários capacitados" - O município não solicitou no Edital. Atestado de Capacidade Técnica. (Se solicitado a empresa	Respondido. Em análise.
			vencedora não teria condições de apresentar, uma vez que seu ramo de atividade foi alterado dois dias antes da licitação), o que, de fato, suscita dúvidas se não houve a infringência do princípio constitucional da impessoalidade.	
Req nº 43/2013	12/12/2013	Presidente da Câmara Municipal	Requerimento solicitando a complementação do Portal de Transparência, especialmente a parte referente à aba "Publicações", bem como a parte de "Diárias", principalmente no tocante à realização dos Relatórios de viagens.	Não respondido Não atendido.
Req nº 44/2013	17/12/2013	Cartório de Títulos e Documentos	Requerimento de registro da ata de eleição e posse da nova Diretoria do OS de Mandaguari – ADAMA.	Concluído.



Planilha de Licitações da Prefeitura Municipal de Mandaguari, referente ao 3º Quadrimestre/2013, separadas por grupos de aquisições

O Observatório Social de Mandaguari – ADAMA realiza divulgação e monitoramento dos procedimentos licitatórios do Município. Quando informado da entrega dos bens, faz também a verificação se os mesmos correspondem às especificações do que foi contratado.

Os procedimentos administrativos de **Inexigibilidade** e **Dispensa** de licitações que são contratações diretas, não são acompanhados por esta organização antes da contratação. O que se analisa “a posteriori”, são as bases jurídicas utilizadas para tal contratação.

Com o trabalho de divulgação dos processos licitatórios, **diretamente aos fornecedores**, por meio do SIM – Sistema de Monitoramento de Licitações, sistema este desenvolvido especialmente para a Rede OSB - Rede de Observatórios Sociais do Brasil, este Observatório **colaborou**, neste quadrimestre, com a “redução” de **R\$ 2.096.472,19**, caso a Prefeitura tenha adquirido ou venha a adquirir todos os bens e serviços licitados. O valor máximo que o Município estava disposto a pagar era de **R\$ 7.807.832,19**. Tendo em vista o significativo número de participantes nos certames, o valor licitado foi de **R\$ 5.711.360,00**.

A maioria dos Pregões é realizada na modalidade de **Ata de Registro de Preços**, o que possibilita à administração pública um contrato com validade de 12 meses para aquisição dos bens licitados.

1 - Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, galerias e recape asfáltico; aquisição de emulsão asfáltica; pavimentação em TST.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
130	Pregão Presencial	21/10/2013	70	AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) (1500).	2	R\$ 337.500,00	R\$ 267.000,00	R\$ 70.500,00	21%	Weiller Construção Civil LTDA
TOTAL						R\$ 337.500,00	R\$ 267.000,00	R\$ 70.500,00	20,89%	

2 - Execução de serviços de iluminação pública; aquisição de materiais elétricos; contratação de empresa para execução de obras de extensão de rede elétrica.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
131	Pregão Presencial	21/10/2013	71	FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.						Cancelada.
132	Pregão Presencial R.P	23/10/2013	72	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE TRÂNSITO E INAUGURAÇÃO, REFORMA DAS PLACAS PARA A SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DO MUNICÍPIO.	5	R\$ 78.797,45	R\$ 65.700,00	R\$ 13.097,45	17%	Bulla Sinalizações LTDA; Incovia Industria e Com. De Sinalização Viária e de Seg. LTDA; Max Comércio e Serv. De Sinalização LTDA.
148	Tomada de Preços	12/11/2013	7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL E PREST. DE SERV. DE ILLUM.PÚBLICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.	1	R\$ 221.389,22				Em andamento.
TOTAL						R\$ 300.186,67	R\$ 65.700,00	R\$ 13.097,45	4%	

3 - Manutenção da frota; contrat. de serviços mecânicos em veículos; funilaria, tapeçaria, pintura e outros; serv. mecânicos em máquinas e equipamentos; aquisição de pneus.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
105	Pregão Presencial R.P	19/09/2013	51	AQUISIÇÃO DE PNEUS RECAPADOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS.	4	R\$ 173.937,92	R\$ 149.830,00	R\$ 24.107,92	14%	Afonso Pneus LTDA; Arce Distrib. De Prod. Autom. - Iirelli - ME; M E M Com. De Pneus; Peabiru Com. De Recauchut. De Pneus LTDA - ME
120	Pregão Presencial R.P	07/10/2013	62	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELÉTRICA VEICULAR.	3	R\$ 398.000,00	R\$ 264.710,00	R\$ 133.290,00	33%	Chevolks Auto Peças; C.B Sigueler - ME; Gersi Vinhoto - ME
112	Pregão Presencial R.P	10/10/2013	57	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MOLEJO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS.						Revogada.
114	Pregão Presencial R.P	15/10/2013	58	AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL.	2	R\$ 91.128,35	R\$ 82.218,00	R\$ 8.910,35	10%	Arias & Arias Comercio de Lubrificantes e Peças LTDA;
126	Pregão Presencial	29/10/2013	66	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUÍMICOS PARA LIMPEZA DA FROTA MUNICIPAL.	2	R\$ 3.886,67	R\$ 3.320,00	R\$ 566,67	15%	Araquimica Industria de Produtos Químicos LTDA;
136	Pregão Presencial	31/10/2013	77	CONTR. DE EMP. ESP. NO FOR. DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MAQUINÁRIOS: PÁ CARREGADEIRA W20 E RETROSCAVADEIRA MASSEY FERGUSON 86.	1	R\$ 130.197,71	R\$ 87.255,00	R\$ 42.942,71	33%	Equitrator Trat. Peças Hid. Serviços LTDA; Duomed Prod. Med. E Hospital. Ltda; Royal Distrib. Ltda - EPP; Phoenix Indut. e Com. de Equip. Cient.; Indumed Com. Importação e Export. de Prod.; Leistung Equipamentos Ltda; Lotus Industria e Comércio Ltda; V 5 Costa e Cia Ltda; Sercon Indus. e Com. de Apar. Médicos e Hosp.
143	Pregão Presencial	06/11/2013	83	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UTI MÓVEL, PARA MELHOR ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.	8	R\$ 249.503,38	R\$ 203.144,00	R\$ 46.359,38	19%	
TOTAL						R\$ 1.287.654,03	R\$ 790.477,00	R\$ 256.177,03	20%	

4 - Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, gás e utensílios.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
95	Pregão Presencial R.P	05/09/2013	46	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA.	11	R\$ 340.334,22	R\$ 151.374,25	R\$ 188.959,97	56%	D'Mille Ind. E Com. De Prod. Alimentícios LTDA; Braga e Godoy LTDA - ME; Atacado Maringá Ind. E Com. De Alimentos LTDA; Jeverson Jeniel Regly Fabricação de Embal. Plást. - ME; Carol Comercial LTDA - ME; Gool Distrib. LTDA - ME; Cerealista Torre Alta LTDA
108	Pregão Presencial R.P	24/09/2013	54	AQUISIÇÃO DE PÓ DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO.						Revogada.
116	Pregão Presencial R.P	03/10/2013	59	AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA O PAM.						Em Andamento.
138	Pregão Presencial	01/11/2013	78	AQUISIÇÃO DE PACOTES DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO.	3	R\$ 25.335,00	R\$ 19.750,00	R\$ 5.585,00	22%	F. Lopes Cafeeira Ltda Epp; D'mille Ind. E Com. De Prod. Alimentícios Ltda; Braga & Bornia Ltda
141	Pregão Presencial	05/11/2013	81	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA.	1	R\$ 17.341,17	R\$ 17.280,00	R\$ 61,17	0%	Nova Atitude Reciclagem Ltda
142	Pregão Presencial	25/11/2013	82	AQUISIÇÃO DE PÃO E LEITE PARA O PRONTO ATEND. MUNICIPAL, PARA OS MÉDICOS PLANT. E DEMAIS FUNC. QUE TRABALHAM EM REGIME DE HORÁRIO 12/36.	1	R\$ 8.461,18	R\$ 8.270,00	R\$ 191,18	2%	Irmãos Povh Ltda
169	Pregão Presencial	23/12/2013	97	AQUISIÇÃO DE PÃO.	1	R\$ 6.928,00	R\$ 6.880,00	R\$ 48,00	1%	Irmãos Povh Ltda
TOTAL						R\$ 398.399,57	R\$ 203.554,25	194.845,32	49%	

5 - Aquisição de medicamentos e produtos hospitalares

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
92	Pregão Presencial R.P	09/09/2013	43	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES.	12	R\$ 1.208.866,89	R\$ 1.088.249,89	R\$ 120.617,00	10%	Duomed Prod. Med. E Hosp. Ltda; H.A Silva Com. De Mat. Hosp. Ltda. Classmed Prod. Hosp. Ltda ; Distrib. De Medicam. Sao Marcos Ltda ; A J Vales Pereira - Medicamentos - Me; Plasmedic - Comércio De Materiais Para Uso Médico E Laboratorial Ltda.;
93	Pregão Presencial R.P	23/09/2013	44	AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL.	2	R\$ 129.483,35	R\$ 116.850,00	R\$ 12.633,35	10%	Oxigenio Mandaguari Ltda.
135	Pregão Presencial R.P	31/10/2013	76	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A-Z CONFORME TABELA INDITEC.	3	R\$ 400.000,00	R\$ 244.000,00	R\$ 156.000,00	39%	Dimensão Comércio Art. Médico; Hospitalares LTDA; Pro Saúde Comércio De Produtos Hospit. LTDA.
160	Pregão Presencial	04/12/2013	91	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE DIAGNÓSTICOS MUNICIPAL.	2	R\$ 120.323,33	R\$ 114.300,00	R\$ 6.023,33	5%	J R Ehke e Cia LTDA
165	Pregão Presencial R.P	18/12/2013	96	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE -VIGIASUS.	3	R\$ 42.885,76	R\$ 28.847,00	R\$ 14.038,76	33%	Royal Distribuidora Ltda - EPP; A.P Ferrareze Comércio; FMS Eletrônica LTDA - ME
TOTAL						R\$ 1.901.559,33	R\$ 1.592.246,89	R\$ 309.312,44	16%	

6 - Aquisição de equipamentos, utensílios e móveis.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
121	Pregão Eletrônico	09/10/2013	63	AQUISIÇÃO DE 40 CONJUNTO PRÉ-ESCOLAR E 01 ARMÁRIO PARA PROFESSOR.	2	R\$ 6.841,47	R\$ 3.930,00	R\$ 2.911,47	43%	C K Yokota Móveis - ME; Dorne & Dorne LTDA
TOTAL						R\$ 6.841,47	R\$ 3.930,00	R\$ 2.911,47	43%	



Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
137	Inexigibilidade	11/10/2013	16	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL 510, PARA ABASTECER O ÔNIBUS PLACA AXK 6838	1	R\$ 7.110,00	R\$ 7.110,00			Bernardino e Silva LTDA
					TOTAL	R\$ 7.110,00	R\$ 7.110,00	R\$ -	0%	

8 - Aquisição de materiais de construção, materiais metalúrgicos, serviços de serralheria e contratação de empresas para reformas e construções.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
127	Pregão Presencial R.P	30/10/2013	67	AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA	1	R\$ 84.657,30	R\$ 81.704,00	R\$ 2.953,30	3%	Pedreira Cathedral LTDA;
					TOTAL	R\$ 84.657,30	R\$ 81.704,00	R\$ 2.953,30	3%	

9 - Materiais esportivos, serviços de arbitragem, representação em eventos e aquisição de areia para jogos.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
146	Pregão Presencial	08/11/2013	86	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE ARBITRAGEM E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	7	R\$ 266.710,83	R\$ 224.663,38	R\$ 42.047,45	16%	Soares Lopes e Lopes Ltda - ME; Sergio Paulo Abujanra Junior EPP; J.C.A.E.J.M.M. Artigos Sport. Ltda. ME; F.N Almeida - Artigos Sport. ME; Comercial M5 Licitada Ltda ME; Andre Luiz Bertolasce e Cia Ltda; Top 10 Calçados Ltda - ME.
					TOTAL	R\$ 266.710,83	R\$ 224.663,38	R\$ 42.047,45	16%	

10 - Contratação de empresas para realização de festividades; contratação de bandas e shows artísticos.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
119	Dispensa		35	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE CIRCENSE, ATIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DO IDOSO.	1	R\$ 4.300,00	R\$ 4.300,00			Laine Assessoria e Treinamento
140	Pregão Presencial	11/11/2013	80	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	1	R\$ 145.332,70	R\$ 135.000,00	R\$ 10.332,70	7%	Sibie e Malta Ltda.
151	Inexigibilidade	19/11/2013	17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW GOSPEL	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00			Sibie & Malta LTDA
170	Inexigibilidade	13/12/2013	18	APRESENTAÇÃO DE NATAL - PRESÉPIO VIVO	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00			M A Trindade Produções - ME
					TOTAL	R\$ 175.632,70	R\$ 165.300,00	R\$ 10.332,70	6%	

11 - Aquisição de veículos e máquinas pesadas.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
104	Pregão Presencial	12/09/2013	50	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FURGÃO - UTI MÓVEL	2	R\$ 157.666,67	R\$ 138.000,00	R\$ 19.666,67	12%	Vegrande Veículos Casagrande S/A
109	Pregão Eletrônico	27/09/2013	55	AQUISIÇÃO DE (02) DOIS VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	1	R\$ 50.000,00	R\$ 49.800,00	R\$ 200,00	0%	Apucarana Auto Peças LTDA
128	Pregão Presencial	16/10/2013	68	AQUISIÇÃO DE TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS E TRONCOS	1	R\$ 123.526,67	R\$ 118.500,00	R\$ 5.026,67	4%	Vermeer Equipamentos e Tecnologias LTDA
147	Pregão Eletrônico	20/11/2013	87	AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	R\$ 70.900,00	R\$ 70.900,00	R\$ -	0%	Clavina Comercial Arapongas de Veículo Nacional LTDA
149	Pregão Presencial	29/11/2013	88	AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) CAMINHÕES TOCO PARA A SECRETARIA DE OBRAS	1	R\$ 454.666,67	R\$ 430.000,00	R\$ 24.666,67	5%	Konrad Paraná Comércio de Caminhões LTDA
161	Pregão Presencial	23/12/2013	92	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM, MOTOR 1.0, 4 PORTAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA E AR CONDICIONADO	1	R\$ 31.173,00	R\$ 30.800,00	R\$ 373,00	1%	Zacarias Veículos LTDA
					TOTAL	R\$ 887.933,01	R\$ 838.000,00	R\$ 49.933,01	6%	

12 - Aquisição de equipamentos eletrônicos (Computadores, projetores, impressoras, etc..)

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
129	Pregão Presencial R.P	16/10/2013	69	EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E LOUSA DIGITAL	5	R\$ 33.300,56	R\$ 16.333,09	R\$ 16.967,47	51%	Syma Computadores Ltda; Liv Comercial Ltda-Epp; Livraria Gazda Ltda; Everest Informática Ltda - Me
163	Pregão Presencial	09/12/2013	94	AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) LOUSAS DIGITAIS	1	R\$ 8.033,33	R\$ 7.756,00	R\$ 277,33	3%	Oliveira & Santos Comércio De Móveis LTDA - ME
164	Pregão Eletrônico	18/12/2013	95	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA	9	R\$ 46.850,00	R\$ 38.527,00	R\$ 8.323,00	3%	Everest Informática LTDA - ME; Guarapuava Centro Digital de Informática LTDA; I. Silva - Equipamentos para Escritório.
					TOTAL	R\$ 88.183,89	R\$ 62.616,09	R\$ 25.567,80	29%	

13 - Aquisição de impressos gráficos, materiais de expediente, livraria, papelaria, escritório e escolar.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
96	Pregão Presencial R.P	06/09/2013	47	AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E VISUAL	4	R\$ 319.400,52	R\$ 130.731,20	R\$ 188.669,32	59%	Rodrigues e Chicarelli Ltda Me; Grafica E Editora Evolução Ltda - Me; Cercá Digital Ltda - Me; Arte Vendas E Serviços Ltda - Me
125	Pregão Presencial R.P	30/10/2013	75	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS E ENCADERNAÇÕES COM ATÉ 200 FOLHAS	1	R\$ 10.400,00	R\$ 9.200,00	R\$ 1.200,00	12%	Copiadora Granada LTDA
171	Inexigibilidade	13/12/2013	19	AQUISIÇÃO DE AGENDAS PEDAGÓGICAS PERSONALIZADAS	1	R\$ 13.140,00	R\$ 13.140,00			Aba Editora Gráfica e Embalagens LTDA
					TOTAL	R\$ 342.940,52	R\$ 153.071,20	R\$ 189.869,32	55%	

14 - Aquisição de produtos odontológicos e manutenção de equipamentos.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
99	Pregão Presencial R.P	11/09/2013	48	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS	10	R\$ 137.798,34	R\$ 124.204,59	R\$ 13.593,75	10%	Biologica Com. De Prod. Hosp.Ltda; Moca Com.De Medicam.Ltda; Distrib.De Medicam. São Marcos Ltda; Max Med Prod. Cirurg. Ltda Epp; Dife Distrib. De Medicam. Ltda; Larismed - Indus. E Com. De Mat. Médicos E Hosp. Ltda; Odontosul Ltda; Odontomedi - Prod. Odont. E Hosp. Ltda; Ferreira E Andrea Ltda - Me ; Dental Med Sul Art. Odont. Ltda
					TOTAL	R\$ 137.798,34	R\$ 124.204,59	R\$ 13.593,75	10%	

15 - Contratação de serviços horas máquinas.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
94	Pregão Presencial R.P	16/09/2013	45	LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS P/ OBRAS E DESENVOLVIMENTO ECON.	2	R\$ 164.899,86	R\$ 142.560,00	R\$ 22.339,86	14%	SARANDI TRATORES LTDA
					TOTAL	R\$ 164.899,86	R\$ 142.560,00	R\$ 22.339,86	14%	

16 - Serviços de administração.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
113	Dispensa	17/09/2013	34	HOSPEDAGEM DE TODO MATERIAL E PÁGINAS DO PORTAL INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO	1	R\$ 7.900,00	R\$ 7.900,00	-		Vivaweb Internet
88	Tomada de Preços	23/09/2013	5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ELABORAR ESTUDO TÉCNICO OPERACIONAL, INTER-TEMÁTICO, FOCADO NA REESTRUTURAÇÃO, DO PLANO, INT. ADMNIST.						Revogada
110	Pregão Presencial	27/09/2013	56	CONSULTORIA TÉCNICA PARA GERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DADOS RELATIVOS AO ENVIO DE INFORMAÇÕES AO TCE-PR	1	R\$ 47.400,00	R\$ 42.000,00	R\$ 5.400,00	11%	Thiara Soluções Administrativas LTDA
170	Dispensa	20/12/2013	40	LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DA SAÚDE	1	R\$ 7.508,40	R\$ 7.508,40	-		ID5 Desenvolvimento de Software
152	Tomada de Preços	23/12/2013	9	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema Integrado de Gestão Pública	1	R\$ 165.224,00	R\$ 66.000,00	R\$ 99.224,00	40%	Elotech Informática & Sistemas LTDA
					TOTAL	R\$ 220.132,40	R\$ 123.408,40	R\$ 104.624,00	48%	



17 - Aquisição de notas e formulários do produtor rural.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
106	Pregão Presencial	19/09/2013	52	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DBF FISCO CONTÁBEIS DA NOTA DO PRODUTOR RURAL	1	R\$ 26.846,00	R\$ 26.640,00	R\$ 206,00	1%	G.L. Assessoria Técnica Administrativa Ltda
118	Pregão Presencial R.P.	04/10/2013	61	AQUISIÇÃO DE NOTA DO PRODUTOR RURAL	1	R\$ 24.195,00	R\$ 24.150,00	R\$ 245,00	1%	Infocriativa Com. De Impressos E Serv Ltda
					TOTAL	R\$ 51.241,00	R\$ 50.790,00	R\$ 451,00		

18 - Locação de imóvel.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
156	Dispensa	04/12/2013	36	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ALUGUEL SOCIAL - JOANA MARIA CHAVES DE OLIVEIRA	1	R\$ 2.230,80	R\$ 2.230,80			Imobiliária Fachini LTDA
157	Dispensa	04/12/2013	37	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A ALUGUEL SOCIAL - CLAUDOMIRO BRAVO	1	R\$ 2.549,40	R\$ 2.549,40			Imobiliária Fachini LTDA
167	Dispensa	07/12/2013	38	ALUGUEL SOCIAL - MARIA EVA NUNES DOS SANTOS	1	R\$ 2.382,00	R\$ 2.382,00			Maria Eva Nunes dos Santos
168	Dispensa	07/12/2013	39	ALUGUEL SOCIAL - MARIA DE LOURDES DE ARAÚJO CUNHA	1	R\$ 2.448,00	R\$ 2.448,00			Maria de Lourdes de Araújo Cunha
					TOTAL	R\$ 9.610,00	R\$ 9.610,00	R\$ -	0%	

19 - Contratação de empresas para prestação de serviços

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
111	Dispensa	06/09/2013	33	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (POR DOIS MESES)	1	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00			Transresíduos Transp. De Resíduos LTDA
87	Pregão Presencial R.P.	10/09/2013	42	MANUTENÇÃO DE RAIO-X DO PAM (Pronto Atendimento Municipal)	1	R\$ 9.360,00	R\$ 8.880,00	R\$ 480,00	5%	Eugênio e Marques LTDA
139	Pregão Presencial	01/11/2013	79	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE ALARME 24 HORAS E APOIO LÁTICO EM PONTOS DESIGNADOS	2	R\$ 140.388,25	R\$ 105.480,00	R\$ 34.908,25	25%	Dinamus Prestadora de Serviços Ltda ME; José Rogério Conte de Andrade ME
150	Tomada de Preços	04/11/2013	8	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL						Cancelada
134	Pregão Presencial R.P.	05/11/2013	74	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E CALIBRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2	R\$ 97.474,36	R\$ 3.000,00	R\$ 94.474,36	97%	GMB Comércio Assistência Técnica e Calibração LTDA EPP - ME
115	Tomada de Preços	07/11/2013	6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES		R\$ 23.182,00	22.580,00	R\$ 602,00		SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS PR LTDA
159	Pregão Presencial	27/11/2013	90	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA						Cancelada.
162	Pregão Presencial	06/12/2013	93	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS.	7	R\$ 320.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 110.000,00	34%	A. Leopoldo Stroher - ME
					TOTAL	R\$ 730.404,61	R\$ 467.360,00	R\$ 241.096,61	33%	

20 - Diversos.

Nº	Modalidade	Data	Nº Mod	Objeto	Nº Part.	Valor Máximo	Valor Licitado	Redução Valores	%	Situação / Empresa Vencedora
75	Pregão Presencial R.P.	03/09/2013	38	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	4	R\$ 100.000,00	R\$ 91.000,00	R\$ 9.000,00	9%	AG Fernandes viagens e turismo LTDA
100	Pregão Presencial R.P.	12/09/2013	49	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	1	R\$ 49.477,16	R\$ 40.475,00	R\$ 9.002,16	18%	GDC da Silva Costa Arapongas - Firelli - EPP
107	Pregão Presencial	20/09/2013	53	AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DO PROERD PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	9	R\$ 7.106,00	R\$ 2.574,00	R\$ 4.532,00	64%	Puppio E Aguiar LTDA - ME
117	Pregão Presencial R.P.	04/10/2013	60	AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA - REGISTRO DE PREÇOS	2	R\$ 52.005,00	R\$ 51.900,00	R\$ 105,00	0%	ALESSANDRA GOMES SOARES DOS SANTOS FIRELLI - ME
122	Pregão Presencial	09/10/2013	64	AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA MÉDICOS E PASSAGENS PARA PACIENTES E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE						Deserta
123	Pregão Eletrônico	11/10/2013	65	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O CEMEI MARIA TEREZINHA ZANONI	5	R\$ 147.952,72	R\$ 106.175,00	R\$ 41.777,72	28%	C.R Marques - ME; Dika Suprimentos de Escritório e Informática Ltda; Janaina dos Santos Martins Zucco; SPG - Com. De Materiais Pedagógicos e Escritório LTDA; Oxigênio Mandaguari Ltda; Luis Carlos dos Santos Faria Equipamentos - EPP.
133	Pregão Presencial R.P.	23/10/2013	73	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, OXIGÊNIO, ACETILENO E RECARGAS	2	R\$ 7.288,33	R\$ 5.990,00	R\$ 1.298,33	18%	Oxigênio Mandaguari Ltda; Luis Carlos dos Santos Faria Equipamentos - EPP.
144	Pregão Presencial	07/11/2013	84	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE MÚSICA	1	R\$ 13.181,42	R\$ 11.000,00	R\$ 2.181,42	17%	Ariane Priscila
145	Pregão Presencial	08/11/2013	85	AQUISIÇÃO DE 600 CHIPS DESCARTÁVEIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA RÚSTICA DE MANDAGUARI	1	R\$ 4.686,00	R\$ 3.900,00	R\$ 786,00	17%	RIBEIRO POLONIO & CIA LTDA - EPP
155	Pregão Presencial	21/11/2013	89	AQUISIÇÃO DE ENFEITES DE NATAL	1	R\$ 26.739,83	R\$ 25.040,00	R\$ 1.699,83	6%	N.Gonçalves de Queiroz e Cia Ltda.
					TOTAL	R\$ 408.436,46	R\$ 338.054,00	R\$ 70.382,46	17%	
					TOTAL	R\$ 7.807.832,19	R\$ 5.711.360,00	R\$ 2.096.472,19	27%	

O Motivo da existência dos Observatórios Sociais

Como surgiu o Observatório?

O início foi modesto, há dez anos, no interior do Paraná, após uma série de escândalos em Maringá. Mas a iniciativa deu tão certo que a expansão foi inevitável.

Na época, falava-se em um desvio de R\$ 100 milhões. Os abusos geraram uma indignação enorme, e a Associação Comercial e outras lideranças resolveram montar uma estrutura para acompanhar os atos do município. Naturalmente foram ver os editais de licitação. Foi a decisão mais acertada: em vez de ver o que foi desviado, dar ênfase à prevenção.

Enquanto os processos se arrastavam na Justiça, um grupo de moradores indignados resolveu, em vez de vandalizar as lojas da cidade ou incendiar caminhões, organizar um sistema de fiscalização do poder público que prevenisse futuras tramóias... No ano de 2005, a prefeitura lançou um edital para a compra de 2.918.000 comprimidos para dor de cabeça. Na licitação, foi fixado o valor de 0,009 centavos por drágea. Na hora do empenho, "esqueceram" um zero, e o preço saiu por 0,09. Esse singelo "des-cuido" teria então o efeito de multiplicar por dez o gasto total (de 26.262 mil reais para 262.620 mil reais). Revelada a trapalhada, o processo foi suspenso.

"É preciso matar a corrupção no edital", diz o presidente da ONG, Ater Cristófoli. "A gente percebe que, se o prefeito não resolve lá no começo, pouca coisa acontece depois." Uma de suas lições: "O fundamental é que os integrantes dos Observatórios não sejam filiados a partidos políticos, para que o prefeito não possa alegar que é uma ação da oposição". Com base nas irregularidades detectadas, a rede calcula ter contribuído, em 2013, para uma economia total de R\$ 305 milhões para os cofres públicos.

O que dizer sobre o combate à corrupção?

Há dois caminhos para combater a corrupção. Um deles é o de punir os malfeitos e todos sabem como é di-

ficil obter condenações no Brasil, e mais ainda reaver os valores desviados. O outro caminho é o da prevenção, o de se antecipar aos corruptos. É a isso que se dedica o Observatório Social do Brasil (OSB), uma rede de ONGs que se disseminou por 14 estados. O ponto de partida é a constatação de que boa parte das fraudes pode ser adivinhada nas entrelinhas das licitações. Basta ter acesso à papelada, o olho treinado e (muita) paciência para desenredar suas tramas. O mesmo método evita que erros que não envolvem má fé, mas saem caro para o contribuinte, sejam cometidos.

Há treinamento para o pessoal que analisa os editais?

Sim, e constante. Apesar de termos um quadro de voluntários, profissionalizamos a equipe. Precisamos de gente na linha de frente, das 8h às 18h - administradores, advogados, economistas, e dois ou três estagiários. Temos um software para a gestão e nele colocamos todos os valores que as prefeituras pagam pelos produtos. Com isso, temos referências.

Todos os Observatórios atuam da mesma forma?

A experiência em Maringá deu tão certo que começou a ser reproduzida por outras cidades. Com o tempo, ganhou um amplo leque de apoios institucionais: Ministério Público, OAB, Federações da Indústria e do Comércio, Receita Federal, Tribunais de Contas, universidades e, principalmente, as Associações Comerciais, que abrigam 70% dos Observatórios Sociais (OS). Atualmente, 77 municípios contam com seus próprios Observatórios. Curitiba sedia o Observatório Social do Brasil, que controla as ações dos demais. Temos um manual de procedimentos, que a Price Waterhouse ajudou a elaborar assim como um fluxograma de trabalho.

A corrupção é o principal problema do País?

Em minha opinião, temos dois grandes cânceres. Um

é a sonegação. E outro é o desvio dos recursos públicos. Estamos vendo cada vez mais gente reclamando do poder público. É porque tem cada vez mais gente pagando imposto. E não é porque os brasileiros estão ficando mais honestos, é porque a informática está avançada.

Então, como realmente funciona um Observatório Social?

Basicamente, os Observatórios Sociais funcionam assim: técnicos, voluntários e estagiários debruçam-se sobre os editais das principais modalidades de licitação (concorrência, convite, tomada de preços e pregões), com especial atenção aos casos em que o governo a descarta (inexigibilidade ou dispensa de licitação); encontrada uma suspeita, a secretaria ou a prefeitura é formalmente notificada; não havendo providências, o caso é reportado aos vereadores (que têm, a propósito, o dever constitucional de fiscalizar a administração municipal); se nada funcionar, recorre-se então ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. "Mas em geral você liquida o caso logo na primeira etapa", conta Cristófoli. "É muita exposição. Quando a gente pega uma irregularidade, é que está muito evidente."

O roteiro básico dos Observatórios Sociais se completa com a divulgação dos editais, para aumentar a concorrência; a presença nos pregões, para apontar os lances

suspeitos; e o acompanhamento das entregas, para garantir que os contratos sejam efetivamente cumpridos.

Mas, às vezes, não se trata somente de corrupção não é?

O monitoramento sistemático das contas eleva o debate sobre a qualidade do gasto público. Em junho de 2013, por exemplo, a Câmara de Ponta Grossa licitou a compra de sete veículos. Exigências: freio a disco nas quatro rodas, faróis de neblina, vidros elétricos nas quatro portas, aparelho de MP3 e câmbio automático. Total orçado: R\$ 311.184,60 reais. Os números vieram a público, e surgiram as críticas. Os vereadores então baixaram as exigências, e o custo final da compra saiu por R\$ 198.800 reais, uma economia de R\$ 112.384,60 reais.

Às vezes nem se trata de corrupção. É má gestão mesmo. Depois dos casos dos comprimidos, os maringenses descobriram, por exemplo, que a cidade mantinha estocados cadernos de desenho em quantidade suficiente para os próximos 24 anos, carbono preto para 62 anos e pincéis marcadores para 133 anos. Em resposta à revelação desses e de outros absurdos, a prefeitura promoveu a organização de um almoxarifado central e a informatização do controle de estoques.



(Trechos de Matérias publicadas no estado.com.br e veja.abril.com.br, embasadas em entrevistas realizadas com o Presidente da Rede OSB, Ater Cristófoli)



4º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais

Nos dias 04 e 05 de novembro de 2013, no espaço físico da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP realizou-se o 4º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais, que reuniu representantes de 14 Estados brasileiros. O evento, que é direcionado a colaboradores, voluntários, membros e interessados na Rede OSB de Controle Social, serviu para o aprimoramento dos programas, exposição de novas ideias, troca de experiências, apresentação de novas parcerias e capacitação aos participantes. O Observatório Social de Mandaguari - ADAMA foi representado pelos membros da Diretoria, Elza Martelli Xavier e Antônio Teixeira Veloso Neto e pelo estagiário Abner da Silva Libório.



A Educação Fiscal no Contexto Social

No primeiro painel da programação, “A Educação Fiscal no contexto social”, Eugênio Gonçalves, gerente do Programa Nacional de Educação Fiscal na Escola de Administração Fazendária (ESAF), Superintendente da 6ª Região da ESAF, de Minas Gerais, falou sobre a necessidade de uma reforma política, apresentando os fundamentos para ampliar a percepção do cidadão sobre a importância social dos tributos e dos orçamentos públicos ao compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social.



Monitoramento da Execução Orçamentária Municipal

O contador, especialista em contabilidade pública, Pedro Gabriel, de Porto Alegre, palestrou sobre como desenvolver o monitoramento da Execução Orçamentária do Município, e abordou o que considera três requisitos para efetividade do controle social: regime democrático, arcabouço legal e acessibilidade das informações. “Uma mudança de cultura não se faz em uma década, por isso precisamos ter as regras do jogo. Esses três requisitos alinhados nos permitem acessar a tudo o que os municípios e suas gestões fazem”, explicou.



Contabilidade Específica para organizações do Terceiro Setor

A sub-coordenadora Nacional do Projeto Rede Nacional de Cidadania Fiscal do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de Salvador - BA, Iara Dórea falou a respeito da contabilidade específica para organizações do Terceiro Setor. Ela orientou os Observatórios Sociais sobre procedimentos em suas atuações para jamais cometerem erros perante a legislação vigente.



Gestão de compras municipais e Termo de Referência

O Dr. Jair Santana, ex – Desembargador (ex, por opção), Advogado, Professor e Escritor, de Belo Horizonte, Autor do Livro “Termo de Referência”, palestrou sobre Governança Pública, Gestão de Compras e Termo de Referência.

Debateu sobre as barreiras que dificultam a comunicação da sociedade com as administrações públicas; sobre o funcionamento de uma administração pública bem como seu sistema hierárquico e, por fim, esclareceu algumas dúvidas em relação ao Termo de Referência. Em sua fala, explicou a importância da correta formulação do processo licitatório e sua respectiva fiscalização. Conforme Jair Santana, no Brasil “as compras ou aquisições gover-



namentais movimentam cerca de R\$ 450 bilhões por ano”. É um considerável valor que precisa ser gerido com muita responsabilidade e eficiência.

Workshop de Boas Práticas dos Observatórios Sociais

No 1º dia do evento, na parte da tarde, os representantes dos Observatórios foram separados em pequenos grupos para apresentação e discussão de projetos de boas práticas, executados ou em execução, em seus municípios.

No 2º dia do evento as práticas selecionadas foram apresentadas ao grande grupo no auditório principal. Essa metodologia possibilita que atividades interessantes, de conscientização e informação, sejam replicadas em outros Municípios e Estados brasileiros.



Fala do Grão-Mestre

Tadeu Pedro Drago – Grão Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul posicionou-se sobre a importância dos Observatórios Sociais e sobre a importância dos projetos de leis de iniciativa popular.

Como exemplo citou a Lei de Combate a Corrupção Eleitoral e a Lei da Ficha Limpa, que em muito contribuíram para o avanço da moralização do serviço público. Disse que vai envolver-se, particularmente, na disseminação da ideia dos Observatórios Sociais, nas Lojas Maçônicas do Brasil.



O demonstrativo ao lado refere-se à média mensal de Receitas e Despesas do OS de Mandaguari – ADAMA.

Através do trabalho de voluntários e estagiários, com pequeno valor financeiro, o OS desenvolve importantes ações que resultam em benefícios em prol da comunidade.

Tendo realizado o bazar com produtos da Receita Federal, em fevereiro de 2012, o valor arrecadado, aplicado, vem suprimindo o déficit mensal. Desta forma, até o momento, o Observatório Social de Mandaguari – ADAMA não voltou a solicitar apoio às empresas locais.

Observatório Social de Mandaguari - ADAMA	
RECEBIMENTOS	MÉDIA
Mensalidades	R\$ 335,00
Contribuições	R\$ 300,00
Sobras do Bazar Receita Federal	R\$ 454,50
Rendimento financeiro	R\$ 408,55
Total	R\$ 1130,05
PAGAMENTOS	
Bolsa auxílio	R\$ 1.917,50
Despesas com informática	R\$ 33,99
Energia Elétrica	R\$ 30,51
Eventos e Promoções	R\$ 165,10
Boletim Informativo	R\$ 344,68

Correio	R\$ 12,11
Limpeza - Escritório	R\$ 28,62
Jornal- Diário	R\$ 132,50
Materiais de escritório	R\$ 8,80
Mensalidade OSB	R\$ 100,00
Mensalidade PROE	R\$ 167,80
Outras Despesas	R\$ 41,08
Taxas e emolumentos	R\$ 16,25
Telefone	R\$ 154,21
Viagens e Representação	R\$ 248,21
TOTAL	R\$ 3.401,36



Fórum de Transparência e Competitividade

Nos dias 05 e 06 de novembro realizou-se o Fórum de Transparência e Competitividade. O evento foi promovido pelo sistema FIEP, através do SESI, em parceria com o Centro Internacional de Formação de Atores Locais para a América Latina (CIFAL) e o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR). O mesmo teve como debate o papel das empresas na conscientização, prevenção e combate à corrupção, assim como o forte impacto da corrupção sobre a competitividade e o ambiente de negócios do País.

Com o tema “A corrupção não pode passar em branco”, o Fórum reuniu vários empresários, universitários, representantes de entidades nacionais e internacionais que atuam no combate à corrupção e representantes de órgãos públicos de fiscalização e controle.

O grande propósito desse evento foi a apresentação de boas práticas de combate à corrupção para inspirar as empresas a começarem esse trabalho “dentro de casa”. Como disse Alex Mejía, Gerente de Desenvolvimento Local da UNITAR,

“nosso problema, é um problema cultural, a corrupção é vista como algo normal”.

Diversos CEOs - líderes empresariais, representantes do setor público e outros tomadores de decisões administrativas, estiveram presentes para fomentar o debate sobre a integridade interna das empresas e a redução da corrupção por meio de práticas comerciais éticas e de boa governança.

Além disso, entidades que apoiam a realização do Fórum promoveram uma série de oficinas e reuniões temáticas. Entre os apoiadores do evento

estiveram: o Pacto Global da Organização das Nações Unidas; Instituto ETHOS; Amarribo Brasil - Coalizão Brasileira Contra Corrupção; Ministério Público do Paraná - Movimento Paraná Sem Corrupção; Observatório Social do Brasil; PRME - Chapter Brazil; Universidade Positivo; Unibrasil e ISAE, da Fundação Getúlio Vargas.

O evento foi dividido em painéis de debates, com vários tópicos conduzidos por mediadores. Dentre palestrantes, entrevistados e mediadores, destacamos alguns:



Olajobi Makinwa - Chefe do Setor de Transparência e Anticorrupção – Pacto Global das Nações Unidas



Josmar Verillo - Diretor-Presidente da Amarribo Brasil

Olga Pontes - Chefe Global de Segurança Empresarial, Braskem S.A



Sally Fegan Wyles - Diretora Executiva, Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa - UNITAR



Dr. Eduardo Cambi - Coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção, Ministério Público do Paraná



Alex Mejía - Gerente do Programa de Cooperação Descentralizada, Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa – UNITAR (Moderador)



Gerardo Berthin - Conselheiro Regional para a América Latina e o Caribe, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD)



Norman de Paula Arruda Filho - Presidente do Instituto Superior de Administração e Economia, Fundação Getúlio Vargas - ISAE/FGV



Mônica Waldvogel - Jornalista, Rede Globo



Cláudio Abramo - Diretor Executivo, da Transparência Brasil

Belmiro Valverde Castor – Mestre e Phd em Administração Pública e Doutor em Filosofia pela University of Southern California.



Caio Magri - Gerente de Políticas Públicas, Instituto Ethos



Parceiros, Apoiadores e Mantenedores do OS de Mandaguari – ADAMA:

